



Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 078/2019

“Concede Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., Á SENHORA ADAIR HONORATO FRAGA”.

O Povo de Araporã-MG., por seus representantes aprovou e eu, Presidente da Câmara Municipal, promulgo a seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

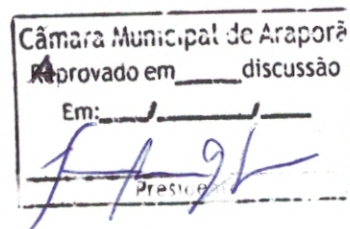
Art.1º - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., **Á SENHORA ADAIR HONORATO FRAGA”.**

Art. 2º - A entrega do Título será feita em Sessão Solene da Câmara Municipal.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua promulgação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Araporã, em 13 de Junho de 2019.


MANOEL GONÇALVES DA SILVA
Vereador/Autor





Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO.

PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 078/2019

*“Concede Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., A
SENHORA ADAIR HONORATO FRAGA”*

Autoria: Poder Legislativo

Relator: Manoel Gonçalves da Silva

I – RELATORIO

O Projeto de Lei em epigrafe, de autoria do Poder Legislativo Municipal estabelece em seu artigo 1º: Conceder o Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., a Senhora **ADAIR HONORATO FRAGA**.

II – VOTO DO RELATOR

Ao analisar o Projeto, em pauta, verificamos que a matéria está em consonância com as regras que regem a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e adequada às normas de técnica legislativa, sendo assim sou favorável a tramitação do Projeto em seu inteiro teor.

RELATOR: Manoel Gonçalves da Silva

DE ACORDO COM O RELATOR:
PRESIDENTE: Wilson Roberto Ribeiro

DE ACORDO COM O RELATOR:
MEMBRO: Reuler Cardoso Pereira

Sala das Comissões em 19 de Junho de 2019.



Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 078/2019

*“Concede Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG.,
A SENHORA ADAIR HONORATO FRAGA”*

Autoria: Poder Legislativo

Relator: Mário José de Almeida Gomes

I – RELATORIO

O Projeto de Lei em epigrafe, de autoria do Poder Legislativo Municipal estabelece em seu artigo 1º: Conceder o Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., a Senhora **ADAIR HONORATO FRAGA**.

II – VOTO DO RELATOR

Ao analisar o Projeto, verificamos a importância do mesmo, sendo assim sou favorável ao Projeto em seu inteiro teor

RELATOR: Mário José de Almeida Gomes

DE ACORDO COM O RELATOR:

PRESIDENTE: Reuler Cardoso Pereira

DE ACORDO COM O RELATOR:

MEMBRO: Sebastião Claudenísio da Silva

Sala das Comissões em 19 de Junho de 2019.

Biografia

Professora Adair Honorato Fraga, mãe de Amanda Évelyn Fernandes Fraga e esposa de Ricardo Duarte de Oliveira, nasceu no dia 10/01/1966, filha de Maria Bernadeli Fraga e Bernardo Honorato. Irmã mais nova de Aldary, Altanira, Aurea, Arehy (in memorian), Alcenira, Amauri e Adalgisa. Família humilde mais batalhadora e feliz. Sua inspiração era sua mãe Maria (in memorian), seu cunhado Domingos da EMATER (um memorian) e sua irmã Altanira. Trabalhou na Prefeitura de Centralina durante 13 anos.

Concluiu a Educação Básica na EE Wilson de Melo e iniciou sua formação acadêmica na Fundação Educacional de Ituiutaba como professora de História, fez pós graduação em Didática, Ciência da Religião e Supervisão Pedagógica e fez também o curso Pró Gestão.

Trabalhou em Centralina nas escolas: EMul do Bairro São Januário, EE Belchior de Faria, EE Carlos Prates e EE Wilson de Melo...sempre muito dedicada e eficiente.

Em Araporã cidade de povo acolhedor e hospitaleiro, fez o concurso da Secretaria de Educação em 1998 sendo aprovada, começou a trabalhar na E Mul Olintha de Oliveira no ano de 1999 como Professora de História, sempre muito responsável e eficiente logo passou a exercer a função de Vice diretora e Supervisora Pedagógica, ficou nesta escola até o ano de 2012, quando foi para a E Mul de Formação Técnica em Agropecuária José Inácio Ferreira atuando como Coordenadora Pedagógica. No ano de 2015 candidatou a diretora da EE Mário Sidney Franceschi sendo eleita e atuando como diretora no ano de 2016.

Em 2017 retornou para a Educação do Município de Araporã como Coordenadora Pedagógica do CEMEI Antônio Rabelo onde ficou até se aposentar em agosto de 2018.

A Professora Adair fixou residência aqui em Araporã em 2008, comprou uma casa na Rua Cristiano Borges, atualmente mora na Rua Abilio Ferreira, Reside em Araporã a 12 anos.

Hoje trabalha como Especialista da Educação Básica- Supervisora Pedagógica na EE Mario Sidney Franceschi de Araporã. Sempre persistente e batalhadora sua vida não foi fácil, mas com respeito a sua família e ao seu trabalho vem vivendo com humildade e trabalhando para toda a comunidade de Araporã/MG.

Seu lema é viver intensamente e ajudar a todos sem distinção...



Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



Parecer Jurídico

Referência: Projetos de Decreto Legislativo nº 067/19 A 079/19

Autoria: Vereador Manoel Gonçalves da Silva

***“Concede Título de Cidadão Honorário
de Araporã - MG***

1 –RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, os Projetos de Decreto Legislativo nº **067/19 A 079/19**, de autoria parlamentar, que objetivam conceder título de cidadão Honorário de Araporã às pessoas nominadas nas referidas proposituras

É o relatório.

Passo a análise jurídica

2 –ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Da Competência e Iniciativa

Os projetos versam sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República.

A iniciativa é privativa do Poder Legislativo Municipal, na qual, qualquer vereador ou comissão poderá propor a honraria desde que tenha o apoio de 2/3 da Câmara Municipal, conforme dispõe o artigo 34, inciso XV da Lei Orgânica Municipal.



Estado de Minas Gerais

Câmara Municipal de Araporã



Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa, a Procuradoria Jurídica **OPINA** s.m.j., pela regularidade formal dos Projetos de Decreto Legislativo em comento.

Assim, encontra-se aptos para tramitação nesta Casa de Leis.

2.2. Da Espécie Normativa

A espécie normativa esta adequada, tendo em vista, que o artigo 115 do Regimento Interno, disciplina que o **DECRETO LEGISLATIVO** destina-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, como as arroladas no art. 46, V, "e" que refere-se a concessão de título de cidadania honorária.

Já o art. 41 da Lei Orgânica estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de Decretos Legislativos

2.3. Dos Requisitos

A Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa de Leis não apresentam requisitos ou critérios para concessão de título de cidadão honorário no âmbito do Município de Araporã.

O Regimento Interno apresenta de forma sucinta que será de competência das Comissões de Justiça Legislação e Redação e de Educação, Esporte, Saúde e As. Social, a análise do mérito para verificar se o homenageado prestou relevantes serviços ao Município.

Desta forma, não há qualquer impedimento legal nas proposituras ora analisadas, cabendo aos vereadores à verificação do mérito, observando se os homenageados merecem receber ou não tais honorarias desta Casa de Leis.

2.4. Da Tramitação e Votação

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo das



Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Educação, Esporte, Saúde e As. Social.

Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, as proposições deverão ser apreciadas em turno único de discussão e votação.

O quórum para aprovação será por maioria qualificada (2/3), em turno único de discussão e votação, em conformidade com o artigo 34, inciso XV da Lei Orgânica Municipal e art. 176 inciso v do regimento interno.

O processo de votação se dará por votação simbólica, conforme determina o artigo 195, §1º do Regimento Interno.


Ressalta-se a obrigatoriedade do Presidente da Mesa Diretora votar em projetos com quórum de maioria qualificada, nos termos do Regimento Interno.

3 –CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica **OPINA** pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação dos projetos de decreto legislativo ora examinados.

S.M.J, esse é o meu parecer

Araporã, 19 de Junho de 2019


DR. VLADIMIR ALVES DE REZENDE MOURA
Assessor Jurídico
OAB/MG 69.514